

## EXPERIÊNCIA 2

## Aborto: desafio pastoral

Nancy Cardoso Pereira  
Eliad Dias dos Santos  
Projeto Mulher do Instituto de Pastoral  
da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista

## I

No dia 19 de abril de 1994, a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo organizou um encontro acadêmico para discutir Direitos Reprodutivos e Aborto. O encontro foi planejado pelo Projeto Mulher do Instituto de Pastoral desta Faculdade e tinha como objetivo discutir com os alunos e alunas da Teologia a problemática, tratando de considerar de modo específico os desafios pastorais e éticos.

A seguir, apresentamos a memória deste encontro, acreditando que a metodologia proposta oferece uma alternativa possível de diálogo para as igrejas cristãs que querem superar posições preconceituosas e fechadas sobre assunto tão complexo.

## II

### Introdução

Aborto é pecado? Aborto é crime?  
É ou não um direito das mulheres?

O que as igrejas cristãs têm a dizer sobre isso?  
Qual o posicionamento da Igreja Metodista?  
Qual a nossa posição enquanto teólogos e teólogas?

Aproximadamente 5 milhões de mulheres praticam o aborto a cada ano no Brasil - 10% de todos os abortos realizados no mundo. Uma média de quase 5 mil por dia. Mais de 200 por hora. Quatro por segundo. Calcula-se uma média de 4 a 12 mortes por dia no Brasil em decorrência de complicações por aborto. Estes números podem ser encontrados em recentes pesquisas do jornal Folha de São Paulo e em pronunciamentos da Organização Mundial da Saúde.

De acordo com a legislação brasileira em vigor, aborto é crime. Entretanto, na prática, quem pode pagar entre US\$ 300 a US\$ 1000, recebe um bom tratamento e aborta com uma margem mínima de risco. Quem não pode, se submete ao auto-aborto, às "curiosas", às clínicas clandestinas sem condições mínimas de higiene.

Convidamos a Professora Maria José Rosado Nunes, professora titular da Cátedra de Estudos Feministas do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior e professora titular de Sociologia da PUC de São Paulo, e o bispo metodista Nelson Luiz Campos Leite para nos ajudarem neste diálogo.

Começamos nossa reflexão, com estudos em grupo de alguns casos exemplares. Cada grupo se dedicou ao depoimento de uma mulher que se decidiu pelo aborto e, a partir daí, começamos o diálogo com os assessores.

## III

### Casos exemplares

#### Grupo 1

*"Por problemas financeiros adieei por muito tempo o sonho de ter um segundo filho. No nosso orçamento cabia apenas Roberto, o mais velho, que já estava com 7 anos quando parei de tomar pílula, no início de 1992. Em junho, engravidei. Comecei a fazer o pré-natal com um médico da rede pública. Estranhei sua disciplina, mas só resolvi mudar de médico com cinco meses de gestação - hoje sei que demorei demais para tomar essa decisão.*

*O segundo ginecologista pediu logo uma ultrasonografia. Quando o médico abriu o exame, ficou muito assustado antes de me dar uma notícia terrível: meu bebê era "anencéfalo", isto é, não tinha cérebro. Sem qualquer chance de sobrevivência, morreria antes de nascer*

MAN  
DRA  
GORA

ou logo ao nascer. A única solução seria abortar. O médico me deu uma guia para um hospital da prefeitura.

Além da dor de perder um filho tão esperado, o hospital negou-se a fazer o aborto sem autorização judicial. Meu caso não se enquadrava nos dois únicos em que a legislação brasileira permite a interrupção da gravidez: estupro ou risco de vida para a mãe. Eu me perguntava: mas o aborto não tivera recomendação médica? Sou católica, jamais abortaria por razões banais.

Me sentia tão mal, que nem conseguia mais olhar minha barriga.

A resposta não veio logo. Chegou na véspera do Natal, quando eu já estava do sexto mês e foi preciso fazer não mais um aborto e sim uma indução de parto prematuro. Fiquei deprimida muitos meses.

Quero engravidar de novo, mas tenho medo, já que o problema é genético e pode se repetir e não aguentaria nova espera pela autorização de um aborto. A medicina e as leis deveriam fazer tudo para encurtar o sofrimento da gente, e não o contrário como aconteceu comigo".

## Grupo 2

Em abril de 1991, Mayara tinha 15 anos, um companheiro de 18 e um embrião de um mês no útero. "Tinha acabado de me amigar com meu namorado, estava comprando os móveis, não podia ter um filho." Alguém indicou uma farmácia na região e Mayara foi: "Tomei uma injeção e o homem mandou eu tomar todos os remédios de uma vez só. Ai eu tomei e no mesmo dia o feto desceu. Não foi barato, mas também não foi caro. Mas eu acabei internada no hospital, porque ficou sujeira dentro de mim." "Deu vontade de chorar. O arrependimento bate na hora. Você vê as mães saindo com os nenês no colo..." Que fez o aborto sem contar ao companheiro: "Os médicos judiam da gente, fazem tudo da gente, fazem tudo a sangue frio, sem anestesia, eles ficam bravos com a gente", diz. Hoje Mayara tem 17 anos, um companheiro de 21 e um filho de nove meses.

## Grupo 3

"Fiz um aborto há cerca de 10 anos. Estávamos casados havia quatro anos e passando por dificuldades financeiras. Já tínhamos uma filha Dora, de dois anos.

Quando entrei no segundo mês, me dei conta de que a menstruação não viria mesmo e resolvi consultar meu médico. Quando soube do resultado, entrei em pânico e optei imediatamente por fazer um aborto.

Não sou a favor e nem contra o aborto. Apenas acho que a responsabilidade dos pais não acaba no mo-

mento em que eles aceitam trazer um filho ao mundo - ao contrário, ai é que ela começa."

## Grupo 4

"Quando tive certeza de que estava grávida, me senti diminuída. Aborto era com as outras, as que se descuidam. E, de repente, aos 37 anos, com as crianças já crescidas, via-me grávida outra vez, num momento pouco propício economicamente e emocionalmente insustentável.

Quando soube que eu estava grávida, Paulo me chamou de irresponsável, ciumenta. A discussão terminou com um: "Você que resolve, mas não vai me prender com mais um filho".

Eu resolvi naquela noite, falando de mansinho com meu bebê, uma coisinha de nada, que não fora concebido com amor, mas com raiva e desconfiança.

Minha decisão estava tomada. Não teria um filho para considerá-lo um intruso, um desmancha prazeres."

## Grupo 5

"Eu tinha 20 anos e namorava o Pedro havia mais de seis meses quando engravidei pela primeira vez. Eu fumo muito, tenho problema de circulação e hipertrofia cardíaca - por isso, meus ginecologistas sempre me desaconselharam a tomar pílula. Não me ocorreu colocar um DIU, então fiquei a mercê da tabela. Eu e o Pedro éramos jovens - ele tinha 23 anos - e imaturos. Foi um pânico quando percebi que estava grávida.

A maioria das minhas amigas tinha casado grávida aos 14, 15 anos. Nem me passava pela cabeça essa 'solução'. Parar para ter um filho significaria dedicar menos tempo à faculdade, talvez atrasar meu curso.

Se resolvesse ter um filho, aos 20 anos, teria feito um aborto de mim. Nunca me bateu culpa, porque nem imaginei que estava tirando um filho. Eu não conseguia pensar num embrião como uma criança.

Na época, eu morava com meus pais. Não contei porque achei que teria sido um drama na cabeça deles, enquanto para mim foi tranquilo. Só foram difíceis os detalhes práticos: quem procurar, como fazer. Procurei um ginecologista baiano muito famoso, mas ele recusou fazer porque achava que eu estava num estágio muito avançado - mais de dois meses. Me indicou uma clínica no Rio de Janeiro, mas ficava em US\$ 550 - fora a viagem. Uma amiga que já tinha feito aborto me indicou um "açougueiro" que cobrava quatro vezes menos. Pedro disse que pagaria.

A 'clínica' dele ficava no centro de Salvador. A sala de espera tinha uns bancos meio toscos, e muitas mulheres - uma com cara de pânico, outras com ares de veterana. Um corredor escuro, com paredes sujas, dava

*acesso à sala onde era feito o aborto. A porta era dessas de boxe, de acrílico fosco.*

*Acho que tudo durou umas duas horas. A anestesia devia ser vagabunda, porque eu senti praticamente tudo. Doeu muito! Sai de lá bastante tonta, o médico me dopou com uma porrada de cápsulas vermelhas.*

*Na segunda vez engravidei porque a camisinha rompeu."*

#### IV

#### Reflexão e debate

##### **Bispo Nelson Luiz Campos Leite:**

Primeiramente nós queremos apresentar nossos cumprimentos a todos e todas vocês por estarem preocupados com um assunto de grande importância, relevância, polêmica, mas que é uma realidade na vida do ser humano. A temática é muito delicada, é claro, principalmente, em relação à posição da igreja. A questão do aborto é um grande dilema. Pelos casos apresentados, podemos perceber que não é uma simples lei que vai definir a questão. Não é o aspecto meramente jurídico. Temos os aspectos éticos, teológicos, morais, sociais, jurídicos e outros que estão presentes no intimo da pessoa e também na vida da família. É discutindo e analisando que vamos encontrar meios de definição e compreensão do assunto. Numa primeira participação gostaria de comentar os casos apresentados.

O primeiro caso da criança gerada sem cérebro. Existem países que contemplam o aborto não só quando a mãe corre risco de vida, mas quando existe deficiência na formação na vida da criança - o que é também uma posição discutível. Um certo consenso existe quando está provado pelos exames que a criança está sem cérebro. Então, há permissão em alguns países para que o aborto seja feito. Neste caso, no Brasil, do ponto de vista legal temos que redefinir a questão. Este caso, na minha maneira de ver, deveria ser contemplado com a possibilidade de fazer-se o aborto. Aqui, não entra a questão sobre se há ou não vida, de quem é o direito de escolha: da mulher ou da criança, ou da família, ou do Estado ou da igreja. Aqui, é uma questão realmente objetiva.

O segundo caso é um dos mais sérios que enfrentamos no momento, o problema da gravidez na adolescência. Com a liberalidade sexual, hoje em dia, vive-se uma vida muito livre e independente desde os

primeiros anos após a puberdade. Há desinformação, há abuso, não há discussão sobre a sexualidade e o que tem ocorrido é que, realmente, moças com 13, 14, 15 anos têm engravidado. Por questões econômicas ou não, quando esta gravidez ocorre com a criança pobre, e até com a menina de rua, há um percentual muito maior de meninas que querem ir até o fim para ter essa criança. Parece haver uma sensibilidade à vida muito maior por parte do pobre, da pessoa que nem tem condições de vida, do que por parte da classe média ou da classe alta. Porque a classe média vai mexer com a imagem da família: surge o problema do estudo, a gravidez vai mudar todo o direcionamento da vida da pessoa... então há uma tendência muito grande em usar os meios abortivos. E, como já foi dito, em clínicas e em condições que favorecem muito mais a saúde da mulher, apesar de que a questão da saúde é sempre séria. O problema é que, no contexto da adolescência, esta gravidez não é única, ela se repete sucessivamente. Vamos imaginar que uma jovem entre 13 e 17 anos tenha tido 3 ou 4 abortos. Há um certo prejuízo à saúde e uma série de prejuízos que afetam a vida da jovem. Então, a questão não é só se realiza ou não o aborto, se alguém vai decidir ou não. Aqui, entram outros elementos importantes que deveriam ser considerados.

Terceiro caso: trinta e três anos, problema social econômico sério, a família já vive com dificuldades. Então, busca-se o aborto para evitar que a condição econômica e social da vida da família piore. Seria, e é muito terrível a mulher se constranger, ferir a sua própria consciência, seu próprio instinto maternal por uma questão meramente econômica. Não é também uma questão de lei. É uma questão de responsabilidade da sociedade, dos grupos que estão presentes na sociedade de dar condições para a vida da criança e para a vida da família. O Estado é responsável, a igreja é responsável, a cultura é responsável por dar condições para que possa existir a vida da criança e que a família tenha condições de ter mais filhos. Porque, aqui, a questão não é se já teve 3, 4, 5, 6, 10, 15 filhos. Então lei nenhuma vai resolver esta questão. Resolver é responsabilidade do Estado: a mudança das situações sociais, econômicas, políticas e educacionais, principalmente, da nossa sociedade.

O terceiro e quarto casos se relacionam à questão do planejamento familiar. Pode-se usar o método natural, a chamada tabelinha (o método do ciclo menstrual), o que é realmente muito limitado e pode escapar do controle. Essa questão do método é outra que

MAI  
DIA  
GORA

merece discussão. Do ponto de vista da Igreja Metodista, desde 1930, vem-se colocando a posição de um planejamento familiar com uso de métodos que sejam morais, éticos, e que estejam, também, respeitando a saúde da mulher, e, agora, métodos que abranjam o próprio homem. Isso antes que se chegue a condições extremas, como o aborto.

No segundo caso, também havia, de certa forma, o aspecto da condição econômica. Mas que condição econômica seria essa? Eu tenho que ter uma boa escola, um clube, uma casa muito boa, uma casa no campo, na praia, dois carros... quer dizer, não seria essa uma condição econômica como base fundamental para o viver do ser humano. Essa é uma condição econômica visualizada numa mentalidade burguesa. Conscientemente, não é a questão da legalidade ou não que vai decidir. Isso é uma forma egoísta de ver a vida. É claro que o ser humano tem o direito de escolher. A mulher tem o direito de escolher. Mas neste caso, é uma questão de não se ter esse direito, porque a pessoa está priorizando um certo nível de vida no lugar da criança que vai nascer.

O caso da jornalista: se essa jornalista não quer ter filhos... que viva do jeito que achar melhor. Agora, não vá jogar sobre sua própria saúde, sobre a vida de uma criança, uma coisa que ela poderia evitar e trabalhar de uma forma diferente. Se for simplesmente discutir o poder de decisão da mulher e concluir que ela o tem, a mulher vai acabar usando o direito de decidir como essa jornalista está fazendo. Na minha maneira de ver, ela poderia decidir somente porque tem o direito de decidir. Não vou ser eu o juiz para dizer se está correto ou não. Só que ela tinha outras maneiras de conviver com a realidade sem por em risco sua própria saúde, e mantendo seu relacionamento com uma pessoa que, aqui, parece ser uma pessoa estável, continua.

Penso que, de forma legal ou não, com bons métodos ou não, com clínicas boas ou ruins, de certa forma a saúde da mulher é sempre afetada. É muito mais em seus aspectos psicológicos, aspectos do interior da mulher que são também tremendamente afetados. Existem pesquisas em algumas sociedades onde a lei possibilita o aborto. Depois de algum tempo, entrevistaram as mulheres que abortaram: em duas dessas sociedades, 78% das mulheres diziam que, nessas condições, elas se arrependiam de ter feito o aborto. E numa outra situação, 83% também disseram que se arrependiam de terem feito o aborto. Então, não é só uma questão de lei. A jornalista teria outros meios

para superar as suas dificuldades.

Quanto ao caso de que a mulher tinha dois filhos, usava a tabelinha e não havia condições econômicas, eu insisto em que a condição econômica é uma questão de visão: o que é condição básica na vida do ser humano? quais são os direitos fundamentais para se viver? É uma questão também do estado. Fizeram o aborto. Mas, a seguir, achavam que estavam numa situação melhor, aí puderam ter novamente um filho. A família tem a liberdade de definir, de programar, de ter o seu planejamento familiar. Mas o aborto não é o único meio, não é o único recurso. Existem meios anteriores a esse momento, muito mais saudáveis, muito mais dignos, morais, que poderiam evitar esta questão.

Todavia é uma questão delicada, séria e polêmica, que, com muito humildade e responsabilidade, nos devemos pensar.

#### **Maria José Fontelas Rosado Nunes:**

Eu coordeno um grupo que se chama Católicas pelo Direito de Decidir e temos trabalhado muito em cima do tipo de argumentação que prevalece na Igreja Católica, na sua posição contrária a qualquer tipo de discussão em torno da possibilidade de se pensar o aborto de outra forma que não seja a sua condenação pura e simples. Em geral, quando sou chamada a falar sobre isso é para discutir um pouco a posição da Igreja Católica. No final tenho a intenção de falar sobre isso rapidamente, porque há duas questões importantes:

1) O fato público que atinge a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros que foi a posição de um partido político, no caso o PT, que havia se proposto a colocar no seu programa de partido a questão do aborto, da possibilidade da legalização, da ampliação dos serviços de saúde que atendessem aos casos em que há o aborto permitido por lei; e também a questão que vocês vão discutir em seguida, que é a questão da possibilidade de se legalizar as uniões homossexuais, mulheres ou homens. Isso é um aspecto que está na ordem do dia e que nos atinge a todos diante de um ano eleitoral onde temos que decidir nosso voto. Aparece aí uma questão que devemos discutir independentemente do credo religioso ao qual pertencemos.

2) Há uma outra questão que está posta na sociedade brasileira: é o fato de que a sociedade brasileira é cristã, muito mais católica, devido ao tipo de

colonização que o país sofreu. Fomos colonizados por um país europeu e católico, e isso fez com que a sociedade brasileira, historicamente, tivesse como grande referência cultural os elementos oriundos da doutrina católica e da maneira como a Igreja Católica atua na sociedade e propõe os seus princípios doutrinários. Além do que, a Igreja Católica, evidentemente em função desse mesmo tipo de colonização que houve no Brasil, tem instrumentos (relativamente) muito eficazes de atuação junto ao poder político, e são instrumentos com a força de uma instituição que tem peso moral e político na sociedade.

Então, quando falamos em um ambiente assim, se colocam, por exemplo, questões a respeito do Congresso e do lobby pentecostal e de protestantes em geral contra a legalização do aborto. As vezes me fazem essa observação: *"você fala muito do lobby católico, mas existe o lobby protestante que é tão atuante, ou mais atuante ou eficaz, que o lobby católico"*. A minha resposta é um pouco no seguinte raciocínio: evidentemente a gente tem informações de que há uma pressão muito forte dos grupos protestantes no Congresso Nacional, muito direta e que conquista blocos neste sentido. No entanto, o lobby católico tem outras características: ele atinge o Congresso numa amplitude maior não em termos de um grupo de parlamentares específicos, pois não há um grupo de parlamentares que se proclame do catolicismo, dizendo-se parlamentares católicos. Mas há uma referência, que é exatamente essa predominância cultural, de dizer *"eu sou católico, fui batizado e pertencço a uma família de tradição católica, por isso eu respeito a posição da igreja"*. Quando, então, a Igreja vem com uma pressão junto ao executivo e ao legislativo, ela bate com esta cultura - que está, aí, presente na sociedade, na maneira de pensar e de argumentar das pessoas e dos parlamentares. E há também por toda a história da Igreja Católica no país, uma maneira de atuar junto ao executivo que tem a sua eficácia dada exatamente a essa força política que a Igreja adquiriu ao longo desses séculos em que esteve como igreja predominante na sociedade brasileira.

Mas, antes de falar sobre a posição da Igreja Católica, gostaria de retomar algumas questões que foram colocadas pelos casos. Gostaria de ater-me mais às argumentações apresentadas. Em primeiro lugar há uma constatação que podemos fazer nos cinco casos apresentados: a falência da sociedade, do estado e do serviço médico em dotar particularmente as mulheres (mas os homens também) de meios contraceptivos ou

anti-conceptivos, que permitam às mulheres não chegar à situação do aborto, de ter que decidir por um aborto. Em todos os casos, talvez mesmo no caso da jornalista que diz *"eu não quero ter filhos, não quero me casar, então opto pelo aborto"*, isso é um reflexo de uma sociedade que de fato leva as mulheres - uma grande parte delas - a se verem na contingência de ter que decidir pelo aborto, porque não têm condições de acesso a meios contraceptivos.

As vezes, é difícil pra gente, que tem possibilidade de ascender com facilidade aos meios contraceptivos, entender que uma mulher não tenha esta possibilidade. Porque é tão simples chegar numa farmácia ou ir ao médico e ter um DIU colocado, ou a quantos outros métodos se pode recorrer. Porém, eu fiz uma pesquisa e há uma observação comum, experiência nossa: à pergunta *"como você controlava?"*, as mulheres respondiam: *"a minha irmã ia se casar, foi na farmácia e pediu ao farmacêutico que lhe indicasse uma pilula. Ele indicou, a pilula foi boa pra ela e quando eu fui me casar comprei a mesma pilula e usei. Só que a pilula pra mim causou mau estar, dor de cabeça, me fez engordar, etc. e aí eu parei com a pilula."* Ou seja, não há nenhum acompanhamento, nenhum exame médico pra ver que tipo de pilula vai ser adequada a essa mulher. Outra mulher dizia: *"a vizinha trabalhava no hospital e trazia as amostras grátis e vendia aqui pra gente. Então, cada mês eu usava uma pilula diferente, porque era aquela que a vizinha podia trazer e que eu podia comprar."* E assim a gente pode multiplicar os casos, como mulheres que diziam: *"quando casei não queria ter filhos logo, só que quando eu fui ao médico já estava grávida"*.

A idéia de ir antes ao médico não existe. Há inclusive uma pesquisa muito interessante, que mostra que a pressão da sociedade é tão forte sobre as mulheres para que sejam mães, ou seja, é tão colada a identidade social das mulheres à maternidade, a mulher (em termos) só tem valor se mostra à sociedade que é capaz de realizar aquilo que a sociedade espera dela - que é a maternidade -, que muitas vezes as mulheres não desenvolvem práticas que lhes permitiriam evitar a gravidez. A maneira como a sociedade traz para o público a capacidade de reprodução da mulher diz: a mulher tem que reproduzir, tem que ser mãe, não pode abortar de forma nenhuma porque seria um monstro se fizesse isso; estaria matando, assassinando; é uma assassina se o faz. Então a sociedade traz a discussão para o espaço público, debate com o esta-

MAN  
IDRA  
GORA

do, e por outro lado privatiza a maternidade de uma forma que ela pesa enormemente sobre nós, mulheres, uma vez que a criança nasceu.

Uma vez, o Conselho Estadual da Concepção Feminina de São Paulo fez uns cartazes para o dia 8 de março dizendo "*Todo mundo é filho da mãe*", e depois dizia "*não só*", só que o "*não só*" era pequenininho, porque de fato o filho é da mãe. Pela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dá para constatar: o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil passa de 50%. A maioria das famílias no Brasil é chefiada por mulheres. E aí, vocês olhem à sua volta as pessoas com quem convivemos, as empregadas domésticas, faxineiras, mulheres das camadas populares. Quem sustenta os filhos são elas. O homem é um companheiro esporádico, que vem, fica com ela um tempo e ela engravida; daí um tempo, some no mundo e ela fica com a criança pra cuidar. E a criança é dela. E ela arranja outro companheiro, e a história se repete e ela se vê sozinha com três, quatro crianças pra cuidar. Então, esse aumento do número de mulheres como chefe de família no Brasil é um indicador que, de fato, a consciência da sociedade, quer dizer, o que perpassa a cultura, é a idéia de que a obrigação de cuidar do filho é da mãe.

Todos os casos revelam essa situação. E o primeiro grupo falou exatamente daquilo que a Irmã Ivone Gebara levantou em sua entrevista à revista VEJA que é: ao considerar o aborto, há que se considerar a situação das mulheres pobres, que há risco de vida. E se há índices altíssimos de mortalidade de mulheres por causa de abortos mal feitos, esse índice atinge majoritariamente as mulheres pobres que não podem pagar 400 ou 500 dólares pra fazer o aborto em condições seguras, sem risco, numa clínica clandestina de aborto. Então, é de fato uma defesa da vida das mulheres pobres defender que é preciso discriminalizar o aborto e legalizá-lo, se for o caso.

O segundo grupo, quando falou a respeito da mulher de 17 anos que fez o aborto, se perguntava das consequências do tipo de assistência precária à saúde que nós temos. Também o primeiro grupo fez observações sobre a falta de informação. Há uma informação, à qual muitas vezes não se tem acesso, que é o fato de que São Paulo, pioneiramente na América Latina, conseguiu implantar, na gestão da prefeita Luisa Erundina, um sistema legal de aborto num hospital público, que é o hospital do Jabaquara, e que, evidentemente, a administração seguinte, do prefeito Paulo Maluf, não conseguiu dar continuidade a esse

projeto. A implantação desse projeto significa o atendimento a uma realidade de fato. Legalmente, há dois casos onde o aborto é permitido por lei. No entanto, o que acontecia na realidade é que, quando uma mulher chegava no serviço de saúde num hospital público e dizia "*eu fui estuprada, tenho aqui um documento que prova o estupro, então quero fazer um aborto*", ela não encontrava um serviço médico no hospital que lhe fizesse o aborto, os médicos se recusavam, as enfermeiras se recusavam. Como há uma desinformação muito grande, todo mundo tinha medo de ser enquadrado criminalmente por não conhecer a lei. Havia, também, o problema de consciência que não permitia fazê-lo. Então, embora legal, não havia condições de tomar essa lei efetiva. Então o que se fez foi trabalhar durante um ano inteiro com assessoria jurídica, médica, etc. e se conseguiu implantar, no hospital do Jabaquara, um serviço específico para atender os casos em que as mulheres legalmente podem abortar.

Bem, o segundo grupo colocava a pergunta pelo direito de decidir pelo aborto. Quem decide? Direito de quem? E a respeito do direito do certo também. Eu estive num seminário que reunia mulheres da CUT, sindicalistas, e elas me puseram a questão em outros termos: muitas vezes temos companheiros que concordam com a gente, acham que as mulheres devem ter o direito de recorrer ao aborto, mas e a vida, como fica? como a gente fica diante do problema da vida? Então eu disse a elas que para nós, mulheres, é fácil responder quando são os homens que perguntam. Dou o exemplo de dois casos recentes que são referência de inúmeros outros.

a) No Hospital das Clínicas, em São Paulo, existe uma sessão para crianças aidéticas, e a médica que trabalha nessa sessão estava assustada, chocada com o fato de que ela jamais viu um homem aparecer para visitar uma destas crianças, só as mulheres vão visitá-las;

b) No jornal apareceu uma mulher, do Paraná ou Santa Catarina, que havia sido processada porque havia sido encontrada pela polícia numa clínica clandestina de aborto. Felizmente, foi absolvida. Mas, durante o processo, ela contou a sua situação: "*eu namorava um rapaz e quando me vi grávida eu falei com ele, e ele o que fez?*" Vocês podem dizer o que ele fez: desapareceu, sumiu do mapa. Ela então decidiu abortar. Não querendo carregar sozinha o peso dessa gravidez e cuidar dessa criança, decidiu abortar.

Ora, a minha pergunta é a seguinte: quem abor-

tou primeiro? Eu acho que foi ele, no momento em que ele se negou toda e qualquer responsabilidade sobre aquela gravidez. Quando os homens abandonam as crianças aidéticas no hospital das clínicas, que estão fazendo? Abortando crianças nascidas. Grande parte das mulheres chefes de família sozinhas vivem exatamente essa situação de abandono. E isso não é fruto da maldade dos homens. É fruto de condições sociais e culturais, de relações de forças que são postas na sociedade e que faz com que essa carga acabe pesando sobre as mulheres.

Evoco casos sociais que conheço de situações sociais de abortamento depois que as crianças nascem: vivi no Nordeste, sertão da Bahia, região da seca, numa cidadezinha perdida no mapa do Brasil; fica a 700 km de Salvador, e para chegar a Irecê, cidade maior mais próxima, tinha-se que andar 60 km numa estrada de terra. A maioria das pessoas dessa cidade só conhecia Irecê, e as que tinham mais posses conheciam Salvador. Esse era o espaço geográfico onde circulavam. E para o pessoal das comunidades, a cidade maior era Barra do Mendes, que tinha dois mil habitantes. Bem... dessa cidadezinha partia um ônibus direto para São Paulo. Ora, o que isso retrata? A situação social de um país em que para uma minoria é interessante manter a seca no Nordeste da forma como ela funciona econômica e politicamente. O que acontecia era que os homens vinham para São Paulo e nunca mais voltavam. E as mulheres ficavam lá, com seus filhos abortados. Não por vontade dos homens que vieram, mas pela situação que o país colocava e colocava até hoje. Eram filhos abortados.

Quando pensamos na situação do aborto em termos simplesmente de que há uma mulher que tem uma criança na barriga e que vai ser uma assassina no momento em que ela decide abortar, não vamos chegar a lugar nenhum. É uma situação muito mais complexa do que isso e deve ser pensada nesses termos complexos. E quando defendemos a vida é preciso que a gente discuta mais amplamente do que simplesmente dizer "há uma vida abortada". A sociedade está constantemente abortando vida pela forma como funciona e pelo tipo de exclusão que apresenta constantemente. De fato, como a maternidade é imposta às mulheres e socialmente é atribuída às mulheres, acaba que os homens defendem veementemente a vida enquanto ela é um feto na barriga das mulheres... mas deixam de defender no momento em que esse feto se transformou numa criança e passam essa responsabilidade totalmente para as mulheres. Embora o ideal é

que a decisão fosse feita por mulheres e homens, acaba sendo uma decisão entregue às mãos das mulheres.

Uma outra questão que foi levantada pelo grupo quatro, é um argumento mais ou menos assim: a ética permite a livre escolha, mas a visão bíblica cristã vê a vida. Eu discutiria muito se a gente pode fazer esse tipo de oposição, colocar de um lado a ética e de outro lado a livre decisão, a questão da vida e questão bíblica. A TV Cultura de São Paulo apresentou recentemente debates sobre ética. E Antônio Cândido fez uma apresentação que considerei muito boa sobre a questão da liberdade: o que é de fato a liberdade e portanto o que seria a livre escolha? Mostrando que há livre escolha ao fim e ao cabo, ele falava desde o ponto de vista da filosofia: ela só existe se for escolha para a vida, para o bem.

Há um teólogo católico que trabalha em cima da questão do aborto mostrando que, no caso de uma decisão dessas, há duas vidas em questão. E ele diz que não há nenhum princípio religioso que possa dizer que uma vida vale mais do que a outra. Então, quando uma mulher, considerando todas as condições possíveis, decide por sua própria felicidade, pela sua vida, como aquela jornalista que disse que tinha que escolher entre a outra e a minha vida, não se pode dizer que não é ético, que não é religiosamente moral, escolher pela própria vida.

E há o princípio, que é aceito, da auto-defesa. Até a lei admite que quando mato em defesa de minha vida eu estou absolvida. É muito complicada esta discussão e não dá pra minimizar e dizer que com isso a gente resolve. Mas devemos ao menos colocar questões e não pensar os princípios da vida como o absoluto incondicionável, porque nem é assim que eles fazem parte da tradição cristã. No próprio catolicismo, há um processo de santificação de pessoas que entregam suas vidas pela fé, que são os mártires e as mártires. Quer dizer que a Igreja exalta as pessoas que, em dado momento, colocam outro valor como maior do que o valor da vida, por isso podemos discutir esse absoluto do princípio da vida. Há um caso concreto no Brasil: o Pe. Ricardo Resende é ameaçado de morte. Ele sabe que pode ser assassinado a qualquer momento e em nenhum momento qualquer membro da hierarquia veio dizer a ele "em nome da vida você abandone o trabalho na pastoral da terra, porque a vida é um princípio absoluto, então você tem que defender a sua vida". Isso porque a igreja considera que há um valor que é mais alto do que aquele da vida, nesse momento. Em muitos casos que já ouvi,

MAN  
DIRA  
GORA

vocês certamente já ouviram, as mulheres abortam em favor de outros filhos. Dizem: *“já tenho filhos e não posso ter mais porque prejudicaria a vida de filhos que já tenho”*.

O último grupo disse que se sentiu um pouco incomodado, porque eram homens que vinham falar (todos os relatores dos grupos foram homens). Eu acho que isso retratou, assim como o resultado dos grupos, a diversidade de posições em relação a essa questão na sociedade. Também a realidade da sociedade não é a que sonhamos. Mas ela é a realidade. E nela os homens dominam a jurisprudência. Quem é que legisla no Brasil? Majoritariamente são homens. Quem é que preside nos partidos políticos? Por pressão de mulheres, um partido colocou no seu programa o aborto. Por pressão de homens retirou. Por homens dos dois lados, foi um homem que veio a público dizer *“não, a gente vai retirar”*. Os partidos políticos são majoritariamente dominados por homens. A academia - o status de produção de conhecimento - é majoritariamente masculina. A gente está brigando por esses espaços, mas eles são majoritariamente masculinos: os sindicatos. Uma vez, assisti um programa na TV sobre o parto. No início, era um ato feminino, totalmente. E homens não eram admitidos. Eram as mulheres que estavam em volta da mulher que paria e era uma mulher que cuidava. Com a medicalização as mulheres foram sendo afastadas até que chegou ao oposto: você tem num parto uma mulher rodeada de homens. Eu acho que esse fato dos grupos também retrata a realidade da sociedade. Vocês, homens aqui presentes, e nós, mulheres, evidentemente lutamos por outra coisa e acho ótimo que estejamos juntos nessa luta. E acho que esse debate que está posto aqui, hoje, retrata esse nosso desejo de mudar essas coisas.

### III Debate

**Pergunta:** Eu acho que ficou em aberto a pergunta “quem decide”. Quando vamos falar de decisão, devemos ver casos para o conjunto da sociedade, para aqueles que não têm ética e para os que têm ética. Da mesma maneira como falamos de pais que abandonam seus filhos aidéticos, podemos citar muitos casos de pais que cuidam, amam e choram por seus filhos aidéticos. Da mesma maneira que temos pais que abortam seus filhos quando são fetos, temos ca-

sos de pais que amam e choram esses fetos. É um problema só da mulher? Ou é também problema dos homens? Gostaria que você definisse melhor a questão de decidir, porque quando legislamos temos que legislar para um conjunto da sociedade.

**Pergunta:** Gostaria de colocar três questões. A primeira é a questão do espaço legislativo. Acho complicado quando as leis são feitas por homens. E a maioria é feita por homens. É muito difícil discernir a questão do aborto porque não é o seu corpo que está em jogo. De que forma seria o modo ideal pelo qual isso poderia ser discutido? Como podemos ampliar essa discussão?

A segunda, é o processo de se estudar casos isolados. Fico muito preocupado quando começamos a estudar casos isolados, porque de certa maneira a gente reforça um pouco o individualismo da sociedade - aquele pode, aquele não pode. A gente foge a uma discussão mais global.

E a terceira, que eu acho ter mais a ver conosco: juntar numa mesma discussão a legalização do aborto e a questão ética do aborto não é uma posição ideológica da igreja? Nós das igrejas protestantes, em particular a Igreja Metodista, temos, na nossa memória histórica, o período em que o estado era católico e legislava em função da igreja. E nós não podíamos ter nossa identidade afirmada, não podíamos ter templos, não podíamos ter fachadas que nos identificassem como protestantes, e a Igreja Católica utilizava-se do estado para fazer valer sua posição ideológica. Quando juntamos a discussão ética com a legalização do aborto, como somos numa grande maioria cristãos, acabamos por impor nossa confissão de fé a outras confissões que não têm o direito de serem representadas nas suas posições. Então, a gente se utiliza das leis para discutir uma questão ética, ou para afirmar na legislação nossa posição ética. Por isso, acho que devemos discutir, em separado, essas questões.

**Pergunta:** Eu sempre fiz uma crítica em relação ao “culto dos homens”: a mulher, quando aborta, faz igual ao homem. Qual a crítica que vocês fazem a isso?

**Bispo Nelson Luiz Campos Leite:** Numa visão global do processo de nossa discussão, nós começamos pelos casos e, na minha fala, entrei o mais rápido possível na discussão dos casos e não entrei em algumas questões fundamentais. Essas questões vão surgir e não vamos encontrar respostas, mas vão dei-



nar mais indagações e mais motivos para continuarmos a caminhada.

Realmente nós vivemos numa sociedade predominantemente machista, que os homens decidem não só de forma legal, mas decidem o caminho da vida como ela é. A própria citação que foi feita de que o homem vai ter relações com a mulher, e quando chega o filho ele deixa a mulher sozinha, isso acontece. Infelizmente. Com toda a emancipação da mulher no mundo de hoje, o homem continua aquele "cabra da peste": individualista, olhando a mulher como instrumento de prazer. E a televisão e os meios de comunicação continuam fazendo isso. Por exemplo, essa semana saiu na televisão a propaganda do número do telefone pra estimular prazer, com a mulher estimulando com sua vizinha por telefone. Essa mulher, num mundo em que começa abrir espaço para ela se valorizar, continua sendo objeto. Essa deve ser uma reação com uma visão machista tanto do homem quanto da mulher.

A decisão do aborto é uma responsabilidade muito grave para ser tomada em momento crítico e angustiante. Deve ser uma decisão do homem, da mulher, da sociedade, da igreja, de toda comunidade humana que precisa refletir e avaliar todos os elementos presentes nesta contingência. A questão da imposição de valores éticos da igreja a uma sociedade que não os aceita é uma questão não só da igreja mas de todo agrupamento social, do contexto global sociológico. Sempre há alguém ideologicamente tentando impor uma decisão.

A situação de crianças que vieram à vida mas são abortadas num processo social é tão grave como a realidade do aborto. A igreja entende que há uma multidão de famintos e mutilados morrendo diariamente de forma mais cruel. Se a defesa contra o aborto é a questão da vida, devemos reconhecer que a discussão pela vida não passa pelo aborto, ela é muito mais do que isso. Não têm direito de condenar o aborto aqueles que não se importam por aqueles que vivem e nascem, isso é uma colocação que os bispos fizeram. Claro, existem aquelas crianças que nascem e não são desejadas, aquelas que não têm condições de sobrevivência, outras sem ter o meio ambiente necessário para o seu desenvolvimento de forma integral. Todavia, cremos que o aborto não é o caminho ético, moral, social para se evitar filhos. Deve existir uma situação de planejamento familiar, que é uma ação de responsabilidade da comunidade humana em dar recursos para que a vida possa ser vivida de forma mais plena.

Com essas considerações eu penso que cabe ao estado, às instituições, aos grupos sociais, à toda comunidade e à igreja criar condições e recursos desde a sobrevivência à educação, num desenvolvimento integral da criança como uma demonstração de nosso amor por elas. Somos todos responsáveis por essa realidade. A solução não é atentar contra a vida mas fazer tudo para que a vida seja respeitada, valorizada, preservada e vivida da forma mais íntegra. Nossa posição contra o aborto parte do ponto de vista bíblico, por ser a vida um dom de Deus. Mas alerta ao povo, aos poderes constituídos e a todos que têm papéis de responsabilidade para o fato de que o aborto não é o único crime, único pecado com referência à vida. Não é de menor proporção que o abandono, o descaso, o maltrato, a miséria reinante na família brasileira onde as crianças nascem para morrer ou vivem para sofrer. Recomendamos o planejamento da família desde que não falem à ética cristã, nem à saúde da mulher e do homem e, aí, pode haver casos especialíssimos onde, a critério médico, e também a critério da realidade social, o aborto seja permitido. Aqui, ciência médica e condições sociais têm a palavra para os casos em que o aborto legalmente pode ocorrer apesar de que a lei, por si só, não resolve essa questão, como já dissemos.

O credo social da igreja afirma: para que uma sociedade traga o sentido cristão de humanidade é necessário que, a par das transformações das estruturas sociais, se processe também uma transformação da mentalidade humana. O sentido cristão da humanidade é uma sociedade onde as pessoas tenham vida comunitária, pelo conceito da solidariedade humana e de responsabilidade social. O individualismo presente na vida não tem lugar para dar respostas para uma situação como a que nós vivemos. Respostas devem ser buscadas, não de forma individualista, mas com a participação de toda uma comunidade, de uma sociedade.

**Maria José Fontelas Rosado Nunes:** Eu queria dizer ainda uma última palavra: que fique bem claro que, quando nós, movimentos de mulheres, grupos feministas e eu pessoalmente, quando lutamos pela descriminalização do aborto não estamos lutando pelo aborto. Não somos favoráveis ao aborto. O que queremos, é que o aborto deixe de ser crime, que a sociedade brasileira deixe de ter esse poder legal de colocar uma mulher na cadeia porque ela recorreu ao aborto.

Que o aborto deixe de ser considerado um crime e que a sociedade contemple de outra forma as mulheres que recorrem ao aborto. Então a defesa e luta não é pelo aborto em si, que é o último recurso porque as mulheres não conseguiram acesso à contracepção (a grande maioria dos casos é assim). É uma luta pela descriminalização do aborto.

**Pergunta:** Não sei o que significa etimologicamente a palavra aborto. Mas está escrito na Bíblia em Eclesiastes 6,3: "*de modo que o homem viveu cem anos, teve muitos filhos e filhas mas não gozou de felicidade, não gozou da vida, e morreu*". De fato seria melhor um aborto do que ele ter vivido assim. Bispo Nelson falou com relação à defesa da vida. Aborto não é só quando a criança está na barriga. Depois que nascem, as igrejas, instituições religiosas ou governamentais não promovem a vida e defesa de crianças, pois sabemos que muitas crianças são assassinadas: isso também é uma forma de aborto. Quando não defendemos essas pessoas, estamos também decidindo que elas não devem viver. Também seria uma forma de aborto ou não? Eu creio que isso já foi respondido pelo Bispo Nelson, mas só gostaria de estar relembando.

**Pergunta:** Como foi discutido, a grande questão está em promover as condições de vida para a mulher e para o homem, para que o casal tenha condições de ter o filho. Ano passado tive uma experiência em Belo Horizonte: trabalhar na igreja questões da sexualidade como a questão do aborto. Trabalhei com o grande problema que é a falta de recursos. Nós, metodistas, não temos nada para trabalhar questões sexuais como a questão do aborto. Eu gostaria de saber, através do bispo, sobre o que o Colégio Episcopal tem se preocupado em elaborar sobre estas questões... pronunciamentos ou publicações.

**Bispo Nelson Luiz Campos Leite:** Primeiramente, nós já citamos aqui que, do ponto de vista específico, o aborto tem sido visto em relação à mulher: um ato praticado na mulher, um atentado contra a própria mulher. E foi muito bem colocado aqui que a posição não é a favor do aborto. Mas é como trabalhar esta questão e como poder vê-la sob um ponto de vista que não tome-a como um crime. Da mesma forma a Igreja Metodista foi uma das primeiras igrejas a se posicionar quando se discutia o divórcio: se colocou não a favor do divórcio, mas favorável à estabilidade plena da fa-

mília; no entanto, quando houvesse algo que contrariasse isso, nós teríamos que ter recursos e leis para poder superar. Mas, na postura pastoral, nós devemos ajudar o casal a não chegar a um momento como esse. E nós devemos também ajudar as pessoas na sociedade a não chegar a esse drama. Porque sempre é um drama, sempre é uma coisa difícilíssima que está presente na vida da mulher e da sociedade. E creio que, se fizermos uma analogia, não cuidando da criança, nós realmente estamos abortando, tirando vida, levando à morte. Temos estatísticas aqui da América Latina, temos índices altíssimos de mortes infantis e de crianças que já foram prejudicadas pela falta nas condições básicas de vida.

A igreja se preocupa em ajudar, colocar textos que ajudem na vida de suas comunidades. Mas a Igreja Metodista sozinha (somos um pequeno povo) é impotente para resolver as situações. Não pode estar isolada da sociedade, ela tem que estar partilhando junto à comunidade. Porque, como comunidade em um universo, ela pode estar ajudando à luz dos princípios do evangelho a encontrar os meios para superar os problemas da vida.

